Desmatamento zero na Amazônia brasileira: o que ainda falta?

Paulo Moutinho[1,2], Raissa Guerra[1], Cláudia Azevedo-Ramos[3]

[1] Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, IPAM, Brasil
[2] The Woods Hole Research Center, Falmouth, Massachusetts, Estados Unidos
[3] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

Introdução

O desmatamento da Amazônia provoca severas perturbações climáticas e ecológicas na região, com consequências negativas para a sobrevivência dos povos dependentes da floresta e para a produção agrícola. Para evitá-las, é necessário e urgente eliminar o desmatamento ilegal e, quiçá, o legal. E isso deve acontecer antes de 2030, prazo declarado pelo país nas suas "Contribuições Pretendidas e Determinadas em Nível Nacional" (NDCs), como requerido pelo Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. Mas como chegar lá? Neste documento são identificadas as seis estratégias fundamentais para pôr fim à destruição florestal na Amazônia brasileira.

Reduzindo o desmatamento a zero

A significativa redução do desmatamento na Amazônia ocorrida entre 2005 e 2014 pode ser atribuída a vários fatores. Entre eles, a implementação de medidas de comando e controle, o estabelecimento de novas áreas protegidas e a demarcação e a homologação de territórios indígenas[1] - hoje cerca de 54% da floresta amazônica estão sob proteção e pertencem a alguma dessas categorias de áreas protegidas (figura 1).

Contribuiu também a queda nos preços das commodities em 2005[2], a moratória da soja a partir de 2006[3] e a restrição de créditos a proprietários envolvidos em desmatamentos ilegais[4].

Apesar de a taxa de desmatamento da Amazônia ter sofrido uma redução de quase 80% no período de 2005 a 2014, o Brasil ainda desmata cerca de 5.000 quilômetros quadrados a cada ano, o equivalente a três cidades de São Paulo. E não há sinais de que esta taxa vá ceder. Ou seja, continuamos destruindo a floresta, só que a uma velocidade menor.

A continuidade desse desmatamento é resultado, pelo menos, de seis fatores principais, os quais requerem seis estratégias correspondentes, conforme demostrado na tabela 1.

A implementação dessas estratégias depende da construção de um **novo paradigma de desenvolvimento** que promova o crescimento econômico, a justiça social e a agricultura produtiva, ao mesmo tempo em que protege os serviços ambientais providos pelas florestas. **Preservar é mais fácil e mais barato do que recuperar.**

Contato
Dr. Paulo Moutinho, pesquisador sênior
moutinho@ipam.org.br

Agradecimentos
Somos gratos a Isabel Castro e a Paulo Brando por suas valiosas contribuições ao artigo. Agradecemos à Fundação Gordon and Betty Moore, à Aliança pelo Clima e Uso da Terra e à Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima) do Ministério de Ciência e Tecnologia, que financiou vários estudos relacionados a esse artigo.

1. Soares-Filho BS, Rajão R, Macedo M, Carneiro A, Costa W, et al. 2014. Cracking Brazil's forest code. *Science* **344**: 363–364.
2. Assunção J, Gandour C, Rocha R. 2012. Deforestation Slowdown in the Legal Amazon: Prices or Policies? CPI Rio Working Paper 1.
3. Gibbs HK, Rausch L, Munger J, Schelly I, Morton DC, et al. 2015. Brazil's Soy Moratorium: Supply chain governance is needed to avoid deforestation.*Science* **347**(6220): 377–378. doi: 10.1126/science.aaa0181.
4. Pfaff A, Robalino J, Sandoval C, Herrera D. 2015. Protected area types, strategies and impacts in Brazil's Amazon: public PA strategies do not yield a consistent ranking of PA types by impact. *Philos T Roy Soc B* **370**(1681). doi: 10.1098/rstb.2014.0273.

IPAM Amazônia

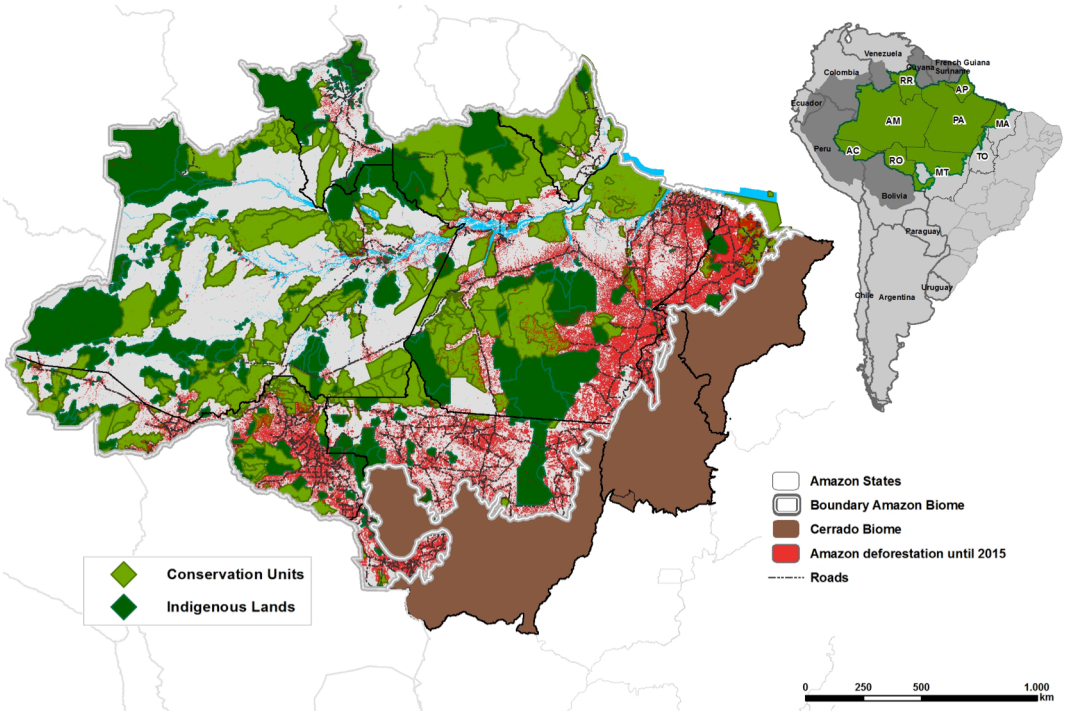
The Woods Hole Research Center

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA

Tabela 1. Seis ameaças à redução do desmatamento e seis estratégias para atingir o desmatamento zero na Amazônia brasileira.

Seis maiores ameaças ao desmatamento zero	**Seis estratégias para atingir o desmatamento zero**
1. Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)- investimentos em mais de 40 mil projetos de infraestrutura, tais como rodovias, hidroelétricas e hidrovias, a maioria deles na região amazônica.	1. O estabelecimento de salvaguardas sociais e ambientais para as grandes obras de infraestrutura da região.
2. Crescente demanda por commodities (carne e grãos).	2. A consolidação e a expansão dos incentivos positivos para a produção sustentável de commodities (ex.: Programa de Agricultura de Baixo Carbono).
3. Políticas de assentamentos de reforma agrária não sustentáveis - (10-30%) dos 5.000 km^2 desmatados a cada ano.	3. O estabelecimento de uma nova política que garanta a sustentabilidade social e ambiental dos assentamentos de reforma agrária.
4. Implementação parcial do Código Florestal.	4. A total implementação do Código Florestal por meio de mecanismos inovadores de mercado.
5. Lobby do agronegócio no Congresso Nacional, pressionando por uma expansão das atividades agrícolas e minerais em áreas protegidas.	5. A proteção dos povos indígenas e comunidades tradicionais e dos seus direitos.
6. Ausência de regularização fundiária e a existência de áreas de florestas públicas não destinadas.	6. A expansão da atual malha de áreas protegidas ou áreas de uso sustentável, alocando os quase 80 milhões de hectares de florestas públicas não designadas ou áreas para o uso sustentável de produtos madeireiros ou não madeireiros.

Figura 1. Área desmatada e categorias fundiárias na Amazônia brasileira.



Fonte: Dados de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) (INPE/PRODES, 2016); TIs e UCs do Instituto Socioambiental (ISA, 2015).